

Reforma agrária agita debate na Constituinte

Rogério Cadengue

A reforma agrária tem sido um dos temas polêmicos na Assembleia Nacional Constituinte. As reuniões e audiências da

Subcomissão têm merecido público interessado, em sua maioria formado pelas entidades que defendem a imediata realização da Reforma e outras que brigam para que tudo permaneça no papel, ou mesmo que aprovada, agrade aos proprietários de terra. A luta entre a UDR e a Contag começou



ainda antes da definição dos membros para a Subcomissão. Fazendo acordos e acordos, os progressistas ganharam o primeiro round, colocando Edison Lobão, senador do PFL do Maranhão como presiden-

te e Osvaldo Lima Filho, deputado do PMDB de Pernambuco, como relator. Para garantir Osvaldo, os trabalhadores aceitaram Lobão. Mas as diferenças de pontos de vista são muitas. Esta semana a Subcomissão foi a Recife. Viu assentamentos e falou com trabalhadores rurais. Na volta dos dois constituintes, Edison Lobão e Osvaldo Lima Filho, deram uma entrevista exclusiva para o *Jornal de Brasília*, onde mostram suas divergências.

Minorias não sensibilizam constituintes

Homossexualismo, discriminação racial, a questão indígena e a luta dos deficientes físicos. Estes são temas que, até agora, parecem não ter sensibilizado a maior parte dos integrantes da subcomissão dos negros, índios, minorias e deficientes na Constituinte. Mas se, em todas as audiências públicas até agora realizadas, a presença dos constituintes raramente passou de cinco parlamentares o público vibra, aplaude ou vai a questões levantadas, deixando perplexos os parlamentares diante do grau de organização que alguns desses movimentos já atingiram.

O relator da subcomissão, deputado Alceni Guerra — PFL-PR — já tem em mãos propostas concretas apresentadas por estes grupos, entre elas a dos homossexuais que querem modificar o Parágrafo 1º do Artigo 153 da Constituição que trata da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Os homossexuais querem a seguinte redação na nova carta: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, orientação sexual (esta é a novidade que pretendem introduzir), raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punida pela lei qualquer manifestação preconceituosa ou discriminatória por razão de raça, cor ou orientação sexual".

A proposta dos homossexuais foi apresentada pelo representante do Grupo de Liberação Homossexual Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas bastante nervoso ele explicou que ao ser convocado sentiu medo de aparecer e protestar, temendo consequências maiores. "Preciso fazer o meu culpa — disse ele — mas o que senti foi uma espécie de complexo de Joana D'Arc".

Radicalismo

Entre os constituintes a opinião é de que o movimento mais radical é o liderado pelos negros que defenderam as suas propostas sem oferecer muito espaço para questionamentos. O deputado Rui Nedel (PMDB-RGS) foi quase massacrado pela platéia — quase toda de negros — quando cobrou do movimento uma atitude menos ressentida e sectária. "Sou descendente de alemães e, também sofremos muito, assim como os negros quando aqui chegamos. Hoje tantos os alemães, como os negros estão bem integrados à sociedade, no Rio Grande do Sul".

Entre as propostas apresentadas pelo movimento negro está o respeito ao princípio de isonomia. "Já que hoje o negro no Brasil representa 60% da população — assinala o movimento — queremos garantir também, a nossa participação em 60% dos empregos, das vagas nas escolas etc. "O relator, Alceni Guerra não tem esta opinião. "O princípio da isonomia poderia ser usado em casos específicos quando ficar caracterizada a discriminação. Mas como norma geral é inaplicável" — defende.

Nas propostas que levaram a Constituinte, os índios se mostraram preocupados em explicitar na nova Constituição a questão das terras indígenas. Eles não abrem mão do usufruto exclusivo do solo e subsolo e querem, ainda, respeito a sua autodeterminação.

Os deficientes físicos apresentaram catorze pontos em sua proposta, reivindicando, entre outros pontos um tratamento diferenciado pela Previdência Social.

Lobão pede garantias para a produção

JBr — Senador Edison Lobão, como o sr. está vendo o andamento dos trabalhos da Subcomissão?

EL — Está dentro da normalidade. São centenas de projetos que nos chegam de todas as partes do Brasil, ligados a questões fundiárias e agrárias. Enquanto isso os constituintes estão ouvindo as entidades interessadas, tanto trabalhadores, como proprietários, lendo trabalhos sobre países onde a reforma agrária já foi realizada, mesmo aqueles, onde as condições são bem diferentes das do Brasil, como Portugal, Alemanha e Japão, onde não existem terras. Acredito que poderemos ter condição de fazer um bom trabalho.

Existem muitas divergências na Subcomissão? comissão?

— Existem divergências no comportamento e nos compromissos dos componentes da Subcomissão. Alguns desejam uma reforma agrária revolucionária, radical. Outros querem uma reforma agrária menos radical.

Qual é a reforma agrária que o sr. espera?

— Espero que seja sensata. Atenta aos trabalhadores sem terra mas sem não desorganizar o sistema de produção, que tem sido capaz de manter o abastecimento nacional e até produzir alguma sobra para a exportação, tanto na agricultura, quanto na pecuária, pecuária.

Fala-se na existência de pressões sobre os constituintes, principalmente na Subcomissão de Reforma Agrária. O sr. confirma essas pressões?

— Não tenho sofrido nenhuma. Ouço as pessoas



Edison Lobão espera uma reforma agrária sensata

falarem na existência de pressões da UDR de um lado e da Contag do outro. Acho que essas pressões são legítimas, quando a nível de informação e assessoria. De qualquer maneira, não acho bom trabalhar sob qualquer forma de pressão.

Qual o principal problema para a reforma agrária?

— O que nós vimos retrata o Brasil. Não basta dar terra. Não basta garantir um apoio financeiro nos meses de implantação. É preciso que se garanta, também, na fase produtiva. Os exemplos que nós temos no Brasil é que os trabalhadores recebem um pedaço de terra e como não têm apoio, recursos para plantio e sobrevivência, terminam por abandonar ou vender suas terras. Por isso defendo uma reforma agrária dosada. Uma reforma agrária sob o lema "terra e recursos".

— O sr. viu um assentamento de 120 famílias que brigaram durante anos, acamparem em frente ao Palácio do Governo e, finalmente, ganharem o direito de ter suas terras? Não seria o atual projeto um bom caminho?

— O exemplo de Recife não é o melhor. As terras estão dentro do cinturão da capital. O asfalto dista 5 a 10 quilômetros. No Brasil não será possível conseguir terras assim para todo mundo. Mas existem terras mais distantes, terras do estado e até de particulares que podem ser desapropriadas. O que não é possível é localizar na periferia das cidades criando novas megalópolis.

Na sua opinião, qual o tamanho máximo de um latifúndio?

— Não tenho opinião formada sobre a extensão dos módulos.

Quanto ao valor da indenização: qual a sua proposta?

— As terras devem ser indenizadas por seu valor real, ainda que o pagamento seja feito com títulos da dívida agrária.

Existem pessoas que não acreditam na reforma agrária, que pensam vá a mesma ficar somente como sonho dos brasileiros. Qual a sua resposta?

— A reforma agrária será uma realidade. É um compromisso de governo e da Constituinte.

Lima Filho condena os latifundiários

JBr — Deputado Osvaldo Lima Filho, qual o resultado da visita da Subcomissão a Recife?

OLF — Considero importante a visita. Deu para avaliar melhor a tensão social existente no Nordeste brasileiro, sobretudo nas áreas de conflito e para constataremos a necessidade de